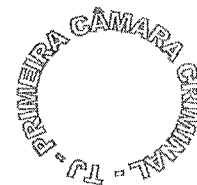




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Ata – I Semana da Memória do Poder Judiciário Goiano

Dia 18 de maio de 2022

Aos 18 dias do mês de maio de 2022, às 9h, deu-se a abertura da I SEMANA NA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). A mesa diretiva foi composta pelo Desembargador Carlos Alberto França, presidente do TJGO; Desembargador Itaney Francisco Campos, presidente do TRE-GO e da Comissão Permanente de Memória e Cultura do TJGO; Desembargador Elvécio Moura dos Santos, representando o presidente do TRT-18 (Desembargador Daniel Viana Júnior); Dra. Juliana Prudente, Procuradora-Geral do Estado de Goiás, representando o Governador do Estado de Goiás Dr. Ronaldo Caiado; Dr. Domilson Rabelo da Silva Júnior, Defensor Público-Geral Do Estado De Goiás; Dr. Eduardo Alves Cardoso Júnior, Diretor Tesoureiro da OAB-GO, Representando a Ordem dos Advogados do Brasil; Dr Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, Presidente da Comissão de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral de Goiás; Dr. Vicente Lopes da Rocha, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Goiás e a secretária de Cultura de Goiás, Raissa Coutinho, representando o prefeito do município de Goiás, Aderson Gouvea. Estavam presentes na solenidade os desembargadores Luiz Cláudio Veiga Braga e Anderson Máximo de Holanda, membros da Comissão de Memória e Cultura deste tribunal; a juíza substituta em segundo grau, Camila Nina Erbetta Nascimento; a juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Sirlei Martins Costa; o primeiro subdefensor Público-Geral, Tiago Gregório Fernandes; a diretora do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário, Laylla Nayanne Dias Lopes Vilarinho; a coordenadora de Acompanhamento e Controle da DPI, Ana Flávia Ferreira Antunes; os servidores do TJGO Bruno Vilarinho Pires e Isabela Félix; o vice-presidente da Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, Enderson Medeiros; o presidente da Associação e Arquivologia de Goiás, Rodolfo Rodrigues; Wilson



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

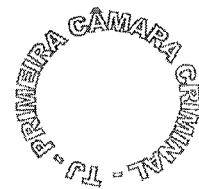


Gamboge, Diretor-geral do TRE; Andreia Araújo e Viviane Fraga, servidoras do TRE-GO; o assessor cultural do TJGO, Gabriel Nascente; entre outras servidoras e servidores do TJGO, TRE-GO e TRT-18. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Carlos França, ressaltou a satisfação do tribunal goiano em participar de um evento tão importante juntamente com o TRE-GO e com o TRT-18. “É um evento de memória, de respeito aos nossos antepassados que fizeram história a esse Poder, pois sem memória não temos cultura. O dia 10 de maio instituído pelo CNJ como o dia da Memória do Poder Judiciário foi um marco importante, pois a partir do respeito, da valorização de toda a história do Judiciário brasileiro poderemos ter um futuro de responsabilidade e de realizações. Olhando para as vitórias do passado e para os equívocos, consigamos ter um Judiciário melhor que possa atender de uma forma mais rápida e justa os reclamos da nossa sociedade”, frisou. De acordo com ele, “com a história, as futuras magistradas, magistrados, servidoras, servidores, advogadas, advogados, operadoras e operadores do Direito poderão saber o que passamos, como começamos e onde podemos chegar”. Para o chefe do Poder Judiciário goiano “não podemos esquecer de todos aqueles desbravadores do Poder que fizeram e fazem história no Poder Judiciário. Estou certo que o tempo é implacável e a preservação da memória salva do passar do tempo aquilo que não é para ser esquecido”, salientou. Para o presidente do TRE-GO e da Comissão Permanente de Memórias e Cultura do TJGO, desembargador Itaney Francisco Campos, a realização do evento dignifica a valorização da história do Judiciário. O cultivo da memória, segundo ele, é essencial para a evolução social. “O País que não cultiva sua memória está condenado a repetir os erros do passado. É com o conhecimento do passado que se compreende o presente e se pode construir as bases para o futuro”, pontuou. O desembargador reforçou que a Resolução 316, de abril de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituiu o dia 10 de maio como o “Dia da Memória do Poder Judiciário”. “Isso foi realizado na compreensão de que a memória do



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Poder Judiciário integra a memória da Sociedade brasileira. É um patrimônio cultural do País, o que contribui para o aperfeiçoamento da evolução das instituições”, enfatizou. O presidente do TRE-GO parabenizou os presidentes do TJGO e do TRT-18 pela realização de atos de promoção da história de todo o Poder Judiciário: “O conhecimento dessa trajetória até a situação atual é essencial para compreender como nossa trajetória tem sido evolutiva devido ao esforço e trabalho de todos aqueles que se empenharam e empenham na missão de distribuir a Justiça”, frisou. O desembargador Elvécio Moura dos Santos, que representou o presidente do TRT-18, desembargador Daniel Viana Júnior, fez questão de relembrar a história da Justiça trabalhista goiana, que segundo ele é a mais nova. “Em Goiás, em 1941 foi instalada a Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia. A partir da Constituição de 1946, passou a integrar definitivamente o Poder Judiciário. Porém, foi em 30 de novembro de 1990 que Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região foi instalado pelo então presidente, o juiz Octávio José de Magalhães Drummond Maldonado”, contou. Ao final, o desembargador Elvécio Santos agradeceu a toda Justiça goiana nas pessoas de seus presidentes e disse ter certeza de que essa jornada será muito proveitosa. Na oportunidade, foi assinado pelo presidente do TJGO, desembargador Carlos França, pelo presidente do TRE-GO, desembargador Itaney Francisco Campos e pelo desembargador Elvécio Moura dos Santos, representando o TRT-18, um termo de cooperação técnica entre os três tribunais para a realização de projetos, eventos, capacitações e exposições com o intuito de valorizar e promover a memória institucional. Ainda no evento, foram anunciados os vencedores do concurso do Selo Histórico dos 150 anos do TJGO. O logotipo ganhador será utilizado no selo adesivo para identificação dos processos e documentos considerados de valor histórico para o Poder Judiciário goiano. Em primeiro lugar venceu Willian Rabello Mendes, a segunda colocação ficou com Ana Paula Veroneze Bueno, já o terceiro lugar o vencedor foi Eugênio Luís de Oliveira Sobrinho, representado por Larissa Machado. Após a premiação ocorreu a palestra: “A importância da Política de Memória no



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



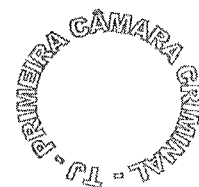
âmbito do Poder Judiciário” proferida pelo insigne Dr. Carlos Alexandre Bottcher, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Doutor e Mestre em Direito Civil (História do Direito) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Especialista em Direito Romano pela Università di Roma La Sapienza, Itália, Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Juiz formador e Coordenador do Núcleo de Estudos em História e Memória (NEHM) da Escola Paulista da Magistratura (EPM), Ex-membro da Câmara Setorial de Arquivos Judiciários (CSAJ) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Membro do Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) do CNJ e Coordenador do Subcomitê de Capacitação. Segundo ele “quando nós falamos em patrimônio cultural, nós estamos sempre pensando em preservação, valorização e divulgação. Não adianta nós termos um patrimônio se ele não é dado a conhecer à sociedade.” apesar de a Resolução do CNJ 324/2020 prever que a comissão de Gestão de Memória seja composta por magistrados de 1º e 2º graus, ela deva ser composta por todos os servidores que estejam ligados a serviços relacionados a memória da instituição, como servidores do Museu, arquivo, biblioteca, tecnologia da informação e comunicação social do tribunal. “É importante que se trabalhe, não só na memória do Poder, mas sim no poder da memória, ou seja, a memória como algo transformador na cidadania de todos que buscam o poder judiciário na busca por seus direitos.” declarou o magistrado.

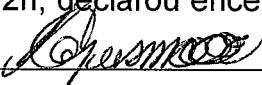
Ele fez uma breve recapitulação sobre o patrimônio cultural do Poder Judiciário, mostrando o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário goiano e documentos históricos relacionados ao assunto, e a importância que tem para a população por conta do papel do Poder Judiciário para a memória coletiva. Ele citou o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado em 2008, e que tem em seus fundamentos a Constituição Federal, Lei dos Arquivos (Lei 8.159/1991), Estatuto dos Museus (Lei 11.904/2009), Lei de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), Tratados Internacionais e a Agenda 2030 da ONU. Citou que por meio do Proname foram criados, em 2020, o Dia da Memória do Poder Judiciário, celebrado em 10 de maio, data estabelecida em função do Alvará Régio de 10 de maio de 1808, que criou a Casa da Suplicação do Brasil, outorgando autonomia aos serviços judiciários brasileiros, esse dia então tem o intuito de incentivar e apoiar ações de preservação e divulgação da herança histórica da Justiça brasileira, e em 2021 o Prêmio "CNJ Memória do Poder Judiciário", de forma que incentive a criação de gestão de memória pelos órgãos. Para finalizar o primeiro dia de evento, o desembargador Itaney Campos, presidente do TRE-GO, agradeceu a todos que se envolveram no projeto da I Semana da Memória Judiciário e a participação do juiz Carlos Alexandre Böttcher com sua exposição acerca da memória do judiciário brasileiro. Expôs ainda algumas considerações e concluiu: "O Poder Judiciário ainda é visto com certa restrição e ainda não se tem consciência da importância do poder como guardião do regime democrático e de valorização da pessoa humana. Nossa tarefa é também, através do cultivo da memória, mostrar a importância do poder na construção de uma sociedade mais igualitária." Em seguida, o Desembargador Itaney Francisco Campos, Presidente da Comissão Permanente de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás, às 12h, declarou encerrados os trabalhos, agradecendo a todos os presentes. Eu,  (Tomázia S. Gusmão), Secretária designada para o ato, lavrei a presente ata.


ITANEY FRANCISCO CAMPOS
PRESIDENTE DA CPMC-TJGO